

Parecer nº 71/IEF/NAR POÇOS DE CALDAS/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0011670/2025-63

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| | |
|--|---------------------------|
| Nome: Nilton Cesar Camilo | CPF/CNPJ: 136.666.828-63 |
| Endereço: Rua João Darcie, nº 171 | Bairro: Jardim Bela Vista |
| Município: Divinolândia | UF: SP |
| Telefone: (35) 3591-2015 | CEP: 13780-000 |
| E-mail: terrasig.consultoria@gmail.com | |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

| | |
|--|--------------------------|
| Nome: Maria da Penha Marcondes | CPF/CNPJ: 064.162.988-56 |
| Endereço: Rua Padre Henry Mothon, nº 200 | Bairro: Centro |
| Município: Poços de Caldas | UF: MG |
| Telefone: (35) 3591-2015 | CEP: 37701-009 |
| E-mail: terrasig.consultoria@gmail.com | |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|---|------------------------------|
| Denominação: Fazenda da Paca Ipiranga | Área Total (ha): 219,5507 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 3.149 Livro: 2-P Folha: 89 Comarca: Cabo Verde - MG | Município/UF: Divisa Nova/MG |
| Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 6.613 Livro: 2-AI Folha: 55 Comarca: Cabo Verde - MG | |
| Documento de posse (descrição do tipo): Certidão de Registro nº 3.149 e nº 6.613 | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3122405-A3C8.4EAF.0ED0.4430.A042.662E.928A.2B49 | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|--|------------|---------|
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 0,0431 ha. | hectare |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---------------------|------------|---------|------|---|---|
| | | | | X | Y |
| | | | | | |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) |
|----------------------------|---------------|-----------|
| Irrigação de área agrícola | | 70 |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| Mata atlântica | Floresta estacional semidecidual | área antropizada | 0,0431 |

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|---------------|------------|---------|
| | | | |

1. Histórico

Data de formalização/aceite do processo: 07/04/2025

Data da vistoria: 15/05/2025

Data de solicitação de informações complementares: 12/06/2025

Data do recebimento de informações complementares: 06/08/2025

Data de emissão do parecer técnico:

2. Objetivo

É objetivo desse parecer analisar a solicitação de intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente – APP 0,0431 ha para regular escavado para irrigação. A área de intervenção está localizada na Fazenda da Paca Ipiranga, no município de Divisa Nova/MG.

3. Caracterização do imóvel/empreendimento

3.1 Imóvel rural:

O imóvel, Fazenda da Paca Ipiranga com área total de 219,5507 ha no município de Divisa Nova/MG. Este imóvel equivale a 8.44 módulos fiscais e situa-se no Bioma Mata At Semidecidual, na bacia hidrográfica do Rio Grande, Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH GD3 – ENTORNO DO RESERVATÓRIO DE FURNA referentes a 2023, uma área de cobertura vegetal no município de 12,08 %, equivalente a 2.620 ha, segundo informações do Site MAPBIOMAS.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3122405-A3C8.4EAF.0ED0.4430.A042.662E.928A.2B49 - 16/06/2015

- Área total: 219,5507 ha

- Área de reserva legal: 43,9743 ha (20.03 %)

- Área de preservação permanente: 17,0367 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 195,4308 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

- (x) A área está preservada
() A área está em recuperação
() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: Não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- (X) Dentro do próprio imóvel
() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 7

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas nos registros do CAR apresentados correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4. Intervenção ambiental requerida

Foi solicitada Intervenção em área de preservação permanente (APP), sem supressão de vegetação, em caráter corretivo, abrangendo área de 0,0431 hectares. A intervenção gravidade para um tanque escavado localizado fora da Área de Preservação Permanente (APP), utilizado para irrigação em uma área de 70 ha para horticultura. A área de intervenção município de Divisa Nova/MG.

Em vistoria foi constatado nascente difusa em área adjacente a intervenção, sendo constatado área de intervenção e, m APP de 0,12ha.

Foi proposto inicialmente recomposição da APP no próprio imóvel, em área de recomposição obrigatória e também em sobreposição com a reserva legal. Com isso foi solicitada (doc.115351978) nova proposta de compensação por intervenção em APP em 0,12ha, conforme área verificada em vistoria, em conformidade com os artigos 75 a 77 do Decreto

Taxa de Expediente: DAE 1401354528492 Valor R\$ 851,77 (pago em 07/04/2025) .

Taxa florestal: Não se aplica.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Não se aplica.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Segundo o ZEE-MG a propriedade está inserida em uma área de vulnerabilidade natural e prioridade de conservação baixa para ictiofauna, herpetofauna, invertebrados, baixa flora.

Conforme critérios locacionais elegidos pela DN Copam nº 217/2017 a propriedade em questão:

- Está localizada na área de transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Não está localizada em área de prioridade extrema para a conservação da biodiversidade;
- Não está localizada em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei;
- Não está localizada em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento;
- Não está localizada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável;
- Não está localizada em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal;
- Não está localizada em áreas designadas como Sítios Ramsar;
- Não está localizada em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial;
- Não ocorrerá captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos;
- Não está localizada em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio;

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-01-5 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)

- Atividades licenciadas: Não se aplica

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAS-RAS

- Número do documento: Não se aplica

4.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada no dia 15/05/2025 na presença do Analista Ambiental Pedro Martucci MASP 1202028-5 e da Analista Ambiental Regina Márcia Pimenta Assunção, MASP técnica no imóvel a fim de embasar análise do processo.

O local solicitado para intervenção ambiental se encontra em área de preservação permanente. No local e por imagem de satélite, se pode constatar que a área solicitada para tanque escavado para irrigação é 0,12ha diferente do solicitado 0,0431 ha.

Foi feita captação por gravidade no curso d'água conforme imagem:



Imagem: Local onde foi feita intervenção para captação de água.

Em vistoria foi constatado nascente difusa ao lado da intervenção, conforme imagem.



Imagem: Água da nascente difusa escoando para a intervenção realizada (Foto - vistoria técnica em 15/05/2025).

4.3.1 Características físicas:

- **Topografia:** O relevo do empreendimento está inserido na região do Planalto de Poços de Caldas, dentro da unidade geomorfológica dos Patamares de Varginha. A área possui declividades variando entre 0% e 8% e altitudes entre 601 e 800 metros acima do nível do mar. Essa configuração influencia diretamente a dinâmica hídrica do local, favorecendo chuvas. A baixa declividade reduz a velocidade do escoamento superficial, fazendo com que a água se acumule nas áreas mais rebaixadas e com menor capacidade de drenagem, permanecendo alagadas por períodos prolongados, principalmente onde o solo apresenta menor taxa de infiltração ou onde há influência da rede hidrográfica local.

- **Solo:** No empreendimento, de acordo com o Mapeamento de solos (Semad/UFV), é possível encontrar o Latossolo vermelho-amarelo distrófico (LVAd17) e o Latossolo vermelho distrófico (LVAd17) é caracterizado por um alto grau de intemperismo, baixa fertilidade natural e textura predominantemente argilosa, apresentando coloração variando entre ferro e alumínio. Esse tipo de solo apresenta boa drenagem e elevada capacidade de infiltração de água, sendo comum em regiões tropicais úmidas. Já o Latossolo Vermelho Distrófico (LVd2) possui coloração avermelhada e caracteriza por elevada acidez, baixa saturação de bases e alta estabilidade estrutural. Assim como os demais Latossolos, é profundo, bem drenado e apresenta boa aptidão agrícola e fertilização.

- **Hidrografia:** O município de Divisa Nova está inserido na Bacia Hidrográfica Federal do Rio Grande (BHRG), e nas Bacias Hidrográficas Estaduais CBH do Entorno e Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Diversas nascentes que contribuem para a formação e manutenção do Rio São Francisco, um dos cursos d'água responsáveis pelo abastecimento do reservatório de Furnas, e a produção de energia e para o desenvolvimento socioeconômico da região. A Fazenda da Paca Ipiranga possui uma rede hidrográfica pouco extensa, totalizando aproximadamente 10 km de extensão, de maneira relativamente homogênea. Entre esses corpos hídricos, destaca-se um trecho do Rio São Francisco, que delimita a divisa da propriedade. De acordo com os dados dos recursos hídricos e necessidade de proteção de nascentes na propriedade. A demanda hídrica da atividade desenvolvida no empreendimento é autorizada pela certidão: — Para lagoas naturais, etc), para irrigação, vazão de 41 L/s durante 21 horas/dia, coordenadas Lat 21°28'33,7"S e Long 46°16'48,8"W.

4.3.2 Características biológicas:

- **Vegetação:** A propriedade Fazenda da Paca Ipiranga, está localizada no Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2019) e, de acordo com a camada "Mapeamento florestal (IEF)", dispon

IDE-SISEMA, os fragmentos de vegetação existentes na propriedade são classificados como Floresta estacional semidecidual montana. Esta floresta ocorre em áreas montanhosas. Uma das principais características desta tipologia é a perda parcial de folhas durante a estação seca. A estrutura do dossel nesse tipo de floresta é notavelmente complexa em altura e densidade, criando microambientes diversos e habitats para uma grande variedade de fauna. Entre as espécies mais comuns encontradas nesse tipo de floresta, destacam-se: Jatobá (*Hymenaea* spp.), Ipê (*Tabebuia* spp.), Jacarandá (*Dalbergia* spp.), Cedro (*Cedrela fissilis*), o Pau-Brasil (*Paubrasilia echinata*), o Jequitibá (*Cariniana legalis*), além de muitas plantas nativas. A vegetação na área da intervenção é típica de ecossistemas alterados com elevada pressão antrópica, uma vez que o local era utilizado como pastagem. A invasoras reflete a ausência de estrutura vegetal. A intervenção realizada não envolveu a supressão de vegetação. Diante disso, considerando a inexistência de supressão de vegetação, cabe ressaltar que, a propriedade se encontra fora das áreas de Restrição Ambiental, como Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Áreas Prioritárias para Conservação.

- **Fauna:** A Mata Atlântica é conhecida por sua fauna diversificada, que inclui uma grande quantidade de espécies endêmicas, o que significa que são exclusivas desse bioma e não são encontradas em outros. No entanto, a fragmentação e destruição do habitat têm colocado muitas dessas espécies em risco de extinção. Este bioma conta com, aproximadamente, 261 espécies de mamíferos, 340 de anfíbios e 350 de peixes. Além disso, há uma vasta variedade de insetos e outros invertebrados, algumas das quais ainda podem não ter sido descobertas. Entre os animais conhecidos, estão o bicho-preguiça, capivara, jaguatirica e cachorros-do-mato. As informações sobre a fauna na área de intervenção, obtidas a partir de dados secundários, estão descritas no relatório de vistoria.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Foi apresentado no documento 111139325 justificativa de rigidez locacional para o ponto escolhido que minimiza a distância até a casa de máquinas, reduzindo a necessidade de supressão de vegetação, além de permitir o retorno direto da água ao corpo hídrico sem comprometer as vazões. Alternativas locais exigiriam um trajeto maior, mais obras e maior impacto ambiental.

5. Análise técnica

O imóvel possui área total de 219,5507 ha no município de Divisa Nova/MG. A intervenção solicitada sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação ambiental constatado que a área de intervenção em APP é de 0,12ha.

A intervenção tem por finalidade a regularização das estruturas destinadas à captação e condução de água para um tanque escavado localizado fora da Área de Preservação Permanente para horticultura. A captação ocorre por gravidade, por meio de um canal construído para essa função. Paralelamente, foi implantado um segundo canal para o retorno da água à vazão. A área de intervenção está localizada na Fazenda da Paca Ipiranga, no município de Divisa Nova/MG.

O requerente possui outorga para captação de água concedida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) através da Portaria nº 1805395/2024, processo nº 6536/2025.

Em vistoria foi constatado a intervenção em APP sem autorização em área superior ao solicitado na regularização. No tocante às irregularidades apuradas foi lavrado o Auto de Infração nº 703928/2025, embargando 0,12ha de APP desprovida de vegetação da propriedade.

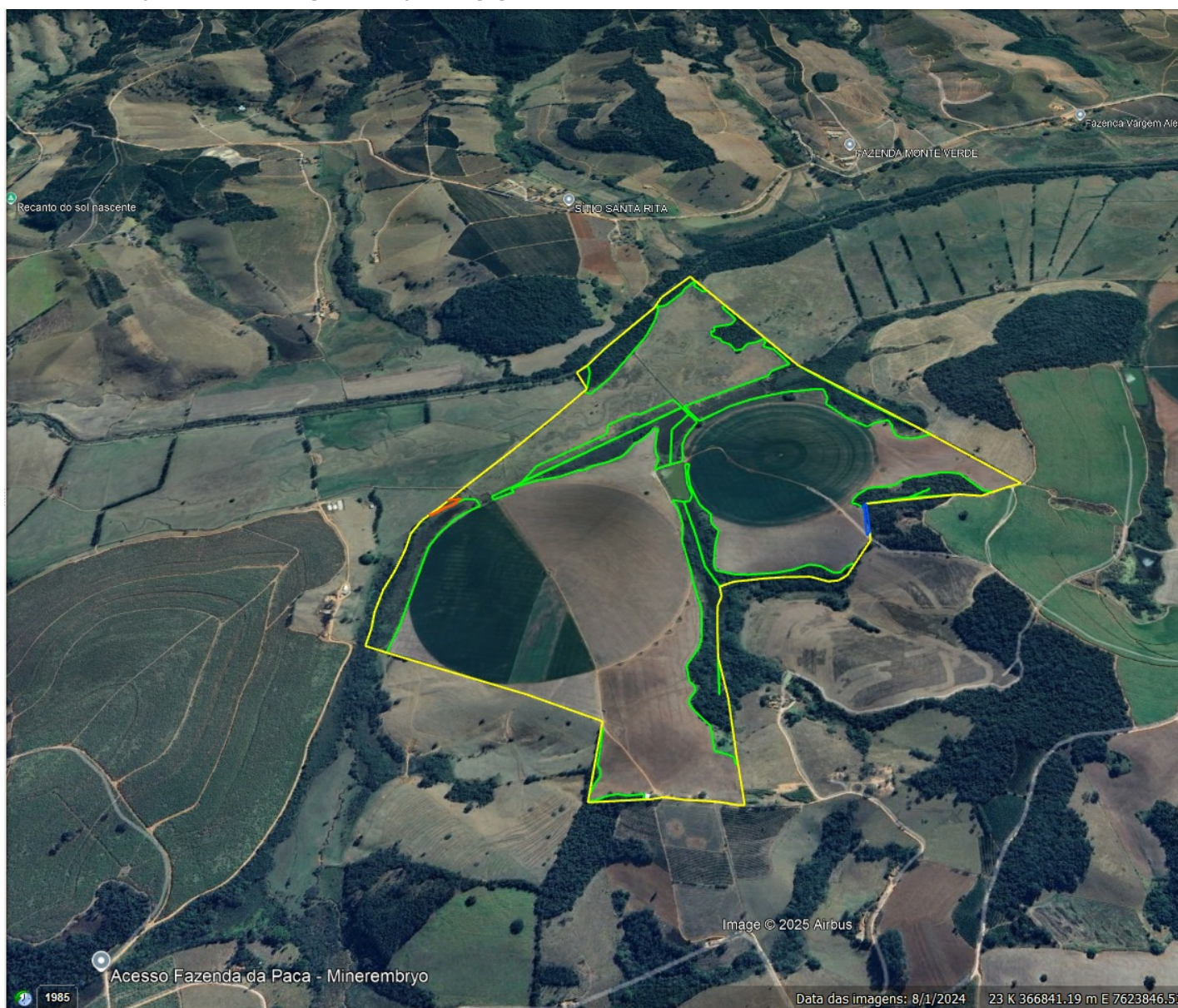


Imagem: Perímetro da fazenda Paca Ipiranga em amarelo, reserva legal em verde, intervenção em vermelho e proposta de compensação em azul(fonte: Google Earth)

A proposta de compensação apresentada estava em sobreposição com a reserva legal, por isso foi solicitado via ofício de informações complementares (doc 115351978) nov 0,12ha, conforme área verificada em vistoria, em conformidade com os artigos 75 a 77 do Decreto 47.749, de 2019. A proposta apresentada, embora possua 0,12ha não atende a proposta em APP, em sobreposição com área de recomposição obrigatória, e outra parte em área comum.

Desta maneira, e pelos motivos já expostos, sou pelo **INDEFERIMENTO** do requerimento apresentado no processo.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não se aplica

6. Controle processual

6.1 Relatório

Foi requerida por Nilton Cesar Camilo, inscrito no CPF sob o nº 136.666.828-63, a autorização corretiva para *intervenção em APP sem supressão* em área de 0,0431 ha, visando tanque escavado para irrigação, localizada na “Fazenda da Paca Ipiranga”, no município de Divisa Nova/MG, cadastrado no CRI sob o nº 3.149 e nº 6.613.

A propriedades foram objeto de cadastro no SICAR, sendo verificado pelo Analista Ambiental e gestor do processo que “... as informações prestadas nos registros do CAR aprese vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.”

Verificado o recolhimento da Taxa de Expediente (doc. SEI 111139322).

Foi verificado a dominialidade da área. Propriedade (doc. SEI 111139251) e Contrato e Arrendamento (doc. SEI 111139255).

A atividade desenvolvida “G-01-01-5 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)” é passível de licenciamentr O local de solicitação de intervenção ambiental foi objeto do Auto de Infração nº 703928/2025 lavrado com base no Auto de Fiscalização nº 503657/2025 de 15/05/2025.

A multa ambiental foi integralmente quitada (doc. SEI 119820329), cumprindo os requisitos exigidos no art. 13, parágrafo único, inciso III, e no art. 14, do Decreto nº 47.7 ambiental corretiva, como se observa dos dispositivos legais citados, a saber:

Art. 13. A possibilidade de regularização, por meio da obtenção da autorização para intervenção ambiental corretiva, não desobriga o órgão ambiental de aplicar as sanções admin

Parágrafo único. O infrator deverá, em relação às sanções administrativas aplicadas, comprovar, alternativamente:

I – desistência voluntária de defesa ou recurso apresentado pelo infrator junto ao órgão ambiental competente e recolhimento do valor da multa aplicada no auto de infração;

(...)

Art. 14. O processo de autorização para intervenção ambiental corretiva deverá ser instruído com cópias do auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, quando houver, e do aut

Portanto, no que tange ao pedido na modalidade corretiva, foram cumpridas as condições legais que o fundamentam.

É o relatório, passo à análise.

6.2 Análise

O Analista Ambiental descreve no item 5 deste Parecer, que “A proposta de compensação apresentada estava em sobreposição com a reserva legal, por isso foi solicitado via offi proposta de compensação por intervenção em APP em 0,12ha, conforme área verificada em vistoria, em conformidade com os artigos 75 a 77 do Decreto 47.749, de 2019. A p legislação vigente, por conter apenas uma fração dá área proposta em app, em sobreposição com área de recomposição obrigatória, e outra parte em área comum.”

Neste diapasão, o art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/2019 estabelece que:

Art. 75 – O cumprimento da compensação definida no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, por intervenção ambiental em APP, deverá ocorrer em uma

I – recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios

(...)

Desta forma, tem-se que a proposta da medida compensatória devida em razão das intervenções a serem realizadas em APP, descritas no PRADA, não está em consonância ao

Desse modo, em razão da impossibilidade jurídica de aceitar a proposta de compensação pela intervenção em APP, sugiro o indeferimento do processo. Ressalta-se que fora nova área de compensação, uma vez que a proposta inicial não foi aceita, pois estava em sobreposição com a reserva legal. Nova proposta fora apresentação em desconformid: 47.749/2019).

Diante do exposto e considerando o parecer técnico conclusivo, que sugere o indeferimento do processo, bem como o descumprimento da legislação vigente, especialmente no CONFIRMA-SE O INDEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento de intervenção ambiental para regularização da captação e condução de água para um tanque escavado pa município de Divisa Nova/MG.

6.3 Da Competência Analítica e Autorizativa

Quanto à competência para análise, o Decreto Estadual nº 47.892/2020, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceituam que a competência para empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URI autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

Art. 38 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade c sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de::

I – ...

II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambienta atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção...

Art. 38...

...

Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passí competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;

...

Conclusão

Face ao acima exposto, opinamos pelo INDEFERIMENTO da intervenção requerida, considerando a análise técnica realizada, que evidenciou a inadequação da proposta de respaldo técnico, jurídico ou normativo para o prosseguimento do requerimento.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

7. Conclusão

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo INDEFERIMENTO INTEGRAL do requerir nativa em áreas de preservação permanente – APP - área de 0,0431 ha com finalidade a regularização das estruturas destinadas à captação e condução de água para um tan Fazenda da Paca Ipiranga, município de Divisa Nova/MG.

8. Medidas compensatórias

Não se aplica

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. Reposição Florestal

Não se aplica.

10. Condicionantes

Não se aplica.

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Pedro Martucci do Couto
MASP: 1.202.028-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Rodrigo Mesquita Costa
MASP: 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa**, Servidor (a) Público (a), em 25/08/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Martucci de Couto**, Servidor, em 28/08/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **120409549** e o código CRC **6E1EFBA7**.